



FL. Nº  
Anexo – notas taquigráficas  
Proc. nº  
CMSP – NOME DA CPI  
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO  
PARTICIPATIVA**

---

**PRESIDENTE: GOULART**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA  
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo  
DATA: 03-02-14

**OBSERVAÇÕES:**

- Notas taquigráficas sem revisão
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone

**O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko)** – Boa tarde a todos. Declaro abertos os trabalhos da primeira audiência pública da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa realizada no ano de 2014, tendo como objeto a desapropriação dos imóveis localizados na Rua Concepción Arenal, nº 164, Jabaquara, onde situam-se as empresas Ultra e Rápido, do Grupo Getur.

Esta audiência foi publicada no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo*.

Informo ainda que esta reunião está sendo transmitida pelo portal da Câmara – [www.camara.sp.gov.br](http://www.camara.sp.gov.br), links TV Câmara, Auditórios On-Line.

Foram convidados a participar desta reunião os Srs. Engenheiros: Ruy Batalha de Camargo; Eduardo Roittmann e Guilherme Schuastzaid; Dr. José Zarif Neto, perito judicial da 6ª Vara da Fazenda Pública; representantes da SPObras e o Procurador da Prefeitura do Município de São Paulo, que nos mandaram *e-mail* com justificativas de ausência.

Esta audiência pública foi convocada por deliberação da Comissão de Constituição e Justiça por requerimento realizado de minha autoria. Fui provocado por uma carta, uma missiva que recebi dos funcionarios do grupo Getur, que estão presentes e representados na galeria. Cumprimento e agradeço a presença de todos. É assim que construímos a democracia e a efetiva participação popular, através de petições e participações em audiências públicas, em reivindicações justas.

Temos hoje na sociedade democrática de direito fomos como essas de civilizadamente fazermos valer nossos direitos sem infelizmente muitas situações e cenas que temos visto nas ruas ultimamente. Hoje temos condições sim de democraticamente exercer plenamente os nossos direitos de forma organizada.

Então, vou tomar a liberdade - acredito que seja muito pertinente – de ler a missiva que gerou o abaixo-assinado ocasionando esta audiência pública.

“Ilmo. Sr. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Municipal de São Paulo, os abaixo-assinados, empregados do Grupo Ultra S.A. Transportes Rodoviários e da Viação Rápido Brasil S.A., empresas que fazem parte do grupo Getur – Grupo de Empreendimentos em Transportes Urbanos, Rodoviários Ltda. Vêm à presença de V.Sas. para expor a atual situação dos signatários. São mais de 300 signatários, todos funcionários da empresa. São eles atualmente empregados das empresas Ultra e Rápido, do Grupo Getur, que estão localizadas na Rua Concepción Arenal, 164, Jabaquara, nesta capital.

“O local em que se situa a sede das duas empresas está sendo objeto de desapropriação. Como a desapropriação abrange a totalidade dos prédios em que as empresas empregadoras têm seus escritórios, oficinas e estacionamento, isto irá implicar na impossibilidade de essas empresas continuarem trabalhando no local, porque não mais terão condições de funcionar em seus escritórios, oficinas e estacionamento.

Isto será um grande transtorno para todos os abaixo assinados, empregados das empresas Ultra e Rápido, porque elas terão de sair de onde estão. Saindo do local desapropriado, os abaixo assinados terão um grande problema porque, como trabalham há muito tempo nas empresas, procuraram residir nas proximidades, alugando ou construindo suas residências próximas ao local.

Pelo que está acontecendo, as empresas dificilmente terão condições de continuar seu trabalho e, se continuarem, evidentemente terão local, mas em outro possivelmente bem distante do atual, pela falta de terrenos grandes próximos. Caso continuassem, as firmas possivelmente teriam que ficar paralisadas por um bom tempo, porque suas instalações não mais poderiam ser usadas e eles teriam que construir outras.

Portanto, o risco dos abaixo assinados terem problemas de perda de emprego ou até da localização das empresas em local distante de onde estão, tudo isso poderá trazer grande prejuízo para os abaixo assinados que querem preservar seus empregos e no mesmo

local.

O prejuízo das empresas também será enorme, porque terão suas atividades paralisadas, porque não terão onde operar, porque seus escritórios, suas oficinas e seu estacionamento não mais poderão ser utilizados. As empresas sofrerão prejuízos de grande monta, porque ficarão sem rendimentos e sem possibilidade de pagar seus compromissos comerciais, seus empregados e inclusive suas obrigações fiscais e decorrentes de ações civis e trabalhistas movidas contra si, e também, sem dúvidas, para a prefeitura. E, conseqüentemente, para o povo o prejuízo também será muito grande, porque é uma desapropriação que vai impedir que duas empresas tão grandes e tradicionais, operando transporte para Santos há cerca de 50 anos, continuem a trabalhar. Irá obrigar a prefeitura a pagar uma grande indenização, sendo que o dinheiro sai do bolso do povo.

Os abaixo assinados tiveram conhecimento que as empresas aceitam a desapropriação sobre uma área até maior que existe em frente ao terreno e construções que estão sendo desapropriados, e que não havendo nessa área que está sendo oferecida construção alguma, então o preço da desapropriação seria muito menor e atenderia os interesses da prefeitura do mesmo jeito.

É para dizer tudo isto que estamos fazendo este abaixo-assinado e pedindo também que a Comissão de Constituição e Justiça marque uma audiência pública para que este assunto que traz muita preocupação para a gente seja resolvido.”

A carta foi datada de 9 de setembro de 2013 e foi colocada em votação e foi aprovada esta audiência pública que está sendo realizada neste instante.

Registro a presença do Dr. Paulo Assante, advogado do grupo Getur.

Gostaria apenas de fazer algumas considerações. Após receber esta correspondência, após a marcação desta audiência pública, nós demos uma olhada no processo de desapropriação. Verificamos que o processo se encontra suspenso por conta da realização de uma diligência, porque a área que consta da petição inicial da Prefeitura prevê

uma metragem de 3309 metros e o decreto expropriatório prevê uma área de 4166 metros.

Há uma divergência no tamanho das áreas o que provocou que o juiz determinasse uma diligência para que se esclareça essa diferença. Verificamos também que a empresa Getur ofereceu outra área até maior em área praticamente contígua do outro lado da rua para que a Prefeitura desapropriasse essa outra área, inclusive, a Getur abriria mão de qualquer contestação e facilitaria muito o trabalho, a ação judicial andaria de forma muito mais rápida.

Sem contar que nessa outra área aos olhos desse Vereador, e parece que é uma questão óbvia, também custaria muito menos para Prefeitura porque não tem nenhuma construção, não é totalmente utilizada pelas empresas e não há prédios, não tem garagem, portanto, facilitaria muito a vida da Prefeitura, porque além de não precisar demolir nada, custaria muito menos porque não teria de se fazer nenhuma indenização sobre nenhuma construção.

— A área atual objeto de desapropriação custaria duas vezes mais cara, seriam dois trabalhos a mais, além do custo mais alto, tem a demolição que precisa ser feita para construir os imóveis que lá seriam construídos deixando claro que, pelo que verificamos no processo também, a desapropriação não é para a construção de uma obra viária. Se fosse para uma obra viária, obviamente, há todo um traçado que tem de ser respeitado. A área a ser desapropriada é para a construção de área de habitação de interesse social para a população de baixa renda.

Essas habitações podem ser construídas num terreno que está a menos de 100 metros de distância sem problema algum, pelo contrário, sobraria dinheiro para o caixa da Prefeitura e não geraria o problema de desemprego, de desconforto para as famílias que trabalham nessas empresas, que criaram toda uma vida, infraestrutura dentro de uma empresa. Essas pessoas buscam consolidar a sua vida ali, criam seus laços de amizade, seus filhos estudam em escolas próximas, constroem casas próximas a esses locais, ou seja, criam raízes, como é inerente ao ser humano criar raízes próximo ao seu trabalho.

Tudo leva a crer que não há nenhum motivo para que a gente possa defender essa causa e lutar para que essa desapropriação não seja mais realizada e que seja realizada a desapropriação na área que está sendo oferecida pela empresa Getur, que seria uma área em frente, contigua ao estabelecimento.

Gostaria antes de prosseguir de dizer que, como se trata de uma audiência pública todos os senhores que quiserem se manifestar terão esse direito. A única questão é que peço para Polícia Militar e para a Guarda Civil Metropolitana orientar quem quiser se manifestar, pois tem de descer para o plenário para usar o microfone ali embaixo.

Passo a palavra ao engenheiro Ruy Batalha de Camargo, assistente do processo, para que faça as suas considerações.

**O SR. RUY BATALHA DE CAMARGO** – Boa tarde a todos. O nobre Vereador expôs a situação de forma correta. Eu, na qualidade de assistente técnico da Getur (?), e com base nos elementos contidos no processo, propus um estudo de remanejamento, de alteração de uma das divisas, de tal forma que o prédio da administração e parte da oficina do galpão fossem preservados, a fim de que fosse possível viabilizar a continuidade dos negócios das duas empresas. Essa redução de área não implicaria a aprovação de dois prédios, dois ou três blocos de prédio, para a finalidade que a Prefeitura deseja. E concomitantemente propiciaria a permanência das atividades da Getur(?). Esse é o nosso pleito, com base nos elementos contidos nesse processo de desapropriação.

Essas são as considerações que eu tinha a fazer, complementando a completa exposição já feita pelo nobre Vereador.

**O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko)** – Muito obrigado. Também é importante registrar que além do custo excedente que teremos para a Prefeitura, no caso de desapropriar e indenizar pelos prédios eu são construídos, pelas construções que lá estão realizados, há também a questão dos lucros cessantes, perdas e danos, uma série de coisas – outra série de indenizações. E já que o mar não está muito para peixe em termos financeiro na Prefeitura, por

conta, inclusive, da ação que suspendeu o reajuste da planta genérica de valores, e que gerará uma perda de receita de 800 milhões para a Prefeitura, eu acho que toda economia aos cofres públicos municipais nesse momento é bem-vinda.

Passo a palavra aos engenheiros Eduardo Rodman e Guilherme (Ininteligível).

**O SR.** \_\_\_\_\_ - Muito boa tarde a todos. Agradeço o convite feito pelo nobre Vereador. É uma satisfação de nossa parte poder colaborar com o processo democrático como cidadãos paulistanos que somos, e estamos aqui com o objetivo de dar alguns esclarecimentos referentes à questão da desapropriação dessa área que está sendo discutida. A título de informação, nossa empresa Contacto Consultores Associados é especializada em engenharia de avaliações, subcontratada pela SPObras para fazer os trabalhos de avaliação imobiliária no âmbito administrativo dos imóveis atingidos pelo plano de obras previsto.

Então, não nos cabe e nem nos coube, em nenhum momento, a definição do traçado da escolha das áreas a serem expropriadas. Nós apenas recebemos o cadastro já desenvolvido pela Desap, Departamento de Desapropriações, da Prefeitura de São Paulo e da SPObras.

Vou passa a palavra ao meu sócio Engenheiro Guilherme, que conhece em detalhe o imóvel que está sendo objeto desta discussão para que ele possa fazer algumas considerações.

**O SR. GUILHERME SCHUASTZAI**D – Boa tarde a todos. O Eduardo já adiantou, realmente, estamos aqui só para esclarecer a situação dessa área que foi desapropriada. Existe, sim, um trecho de construção e um trecho de terreno, que seria o pátio de manobras e a parte de oficinas.

No entanto, na parte de trás, a parte remanescente do DIS, Decoração de Interesse Social, ela é lindeira com a DUP, Declaração de Utilidade Pública do traçado da via e vai pegar, se não me trai a memória, a área que eles estão oferecendo.

Então, a área em frente que eles estão oferecendo será pega pela DUP, ou seja, o prolongamento da Roberto Marinho vai passar pela área que eles estão oferecendo. Seria bom verificar com a SPObras porque eu não tenho esse projeto, mas da parte remanescente eu tenho certeza, ela está dentro da DUP e, pelo traçado, a Avenida Roberto Marinho vai passar por ela, tanto que lindeira a essa área também houve desapropriação, que é do mesmo grupo e não tem nada construído.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. GUILHERME SCHUASTZAI**D – Eles nem estavam sabendo dessa segunda área que cobre a DUP porque havia pressa, pois a DIS vence em dois anos. A DUP vence em cinco anos, portanto eles têm um prazo maior para correr com isso.

**O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko)** – Nós temos uma situação favorável. A pressa que existia no ano passado, este ano já não existe mais por conta da queda de arrecadação da Prefeitura.

**(NÃO IDENTIFICADO)** – Essa obra é feita com o dinheiro da Operação Urbana. Então, tem de ser investido naquele local. Esse dinheiro existe.

**O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko)** – Sim.

**(NÃO IDENTIFICADO)** – Veja, não estou defendendo a Prefeitura e nem nada.

**O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko)** – Não. Nem nós. O relacionamento que temos com o Prefeito Fernando Haddad é do mais alto nível.

**(NÃO IDENTIFICADO)** – Eu só queria deixar claro que esse dinheiro da Operação Urbana existe.

**O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko)** – Perfeito. Agora, obviamente, existe o dinheiro. Eu quero dizer que quanto menos dinheiro for gasto nessa altura do campeonato, é melhor. Se há uma situação em que é possível fazer uma avaliação. O senhor disse aqui que não há certeza. Nós precisamos verificar. Eu queria pedir e fazer informalmente se o senhor puder dar uma analisada melhor no assunto, até conversando com o Engenheiro Rui, que está

bem interado sobre o assunto, mas precisamos analisar melhor essa questão.

Inclusive, comprometo-me perante os signatários do abaixo-assinado de conversar na SPObras porque também tudo tem de ser visto de acordo com um norte, com um primeiro parâmetro que se chama interesse público.

Sem dúvida, quando se fez o projeto do prolongamento da Roberto Marinho, que começou lá atrás, na época do ex-secretário, ex-prefeito Reynaldo de Barros com quem tive a honra de trabalhar.

Esses projetos vão sendo feitos e depois ajustes são feitos de acordo com a realidade, com a evolução da situação, com mudanças e esse projeto é muito antigo. Há também uma situação que deve ser levada em consideração e que os engenheiros e arquitetos que fizeram o projeto por não terem bola de cristal e todas as informações necessárias não poderiam ter visto essa questão das áreas, de ter um prédio que é muito mais caro de desapropriar do que o outro em que pese o traçado da Roberto Marinho, mas acredito que na engenharia não exista um projeto que não possa ser adaptado. Não há nada que não possa ser feito, principalmente se falarmos de uma economia significativa para os cofres públicos.

O senhor citou que é um dinheiro carimbado, mas não é por que é um dinheiro carimbado que precisa ser todo gasto e que não possa ser economizado e devolvido aos cofres da Prefeitura. Então, eu acredito que esta primeira audiência tem esse condão de demonstrar o interesse por parte deste Parlamentar, deste Vereador. Terminando as audiências, já vou pedir as notas taquigráficas, a degravação do vídeo, e, de posse disso, marcarei uma reunião com o Prefeito Fernando Haddad para tratar desse assunto. Vamos falar com Dr. Osvaldo Spuri, da SPObras, vamos conversar com todas as autoridades públicas, vamos encaminhar a ata dessa audiência pública para o Juiz da 6ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo para que ele tenha conhecimento da situação e suspenda o curso do processo até que a gente possa fazer o que deve ser feito. Enfim, chegar a um bom senso, que é defender o interesse público, defender a vida mais do que o dinheiro. Porque, com todo

respeito à Ultra e à Rápido, que estão lá há vários anos e têm todos os seus direitos - eles podem ser indenizados, já que há o dinheiro e pode haver uma indenização -, mas de que indenização vamos falar para aquela família que está lá instalada e trabalhando há 20 anos, 30 anos.

Qual é a indenização para uma criança de 12 anos, 13 anos, que está estudando em uma escola próxima há muito tempo? Qual é a indenização para seus pais, que trabalham em determinado lugar e já têm uma vida estabilizada, com amigos e relacionamentos? Não há previsão de indenização para isso, não há previsão legal para indenizar.

A Getur pode ir à Justiça e pedir a indenização que bem entender e recebê-la, mas essas pessoas, esses seres humanos não podem pleitear isso judicialmente, eles dependem de uma atuação política, de que nós Vereadores e os engenheiros e advogados busquem uma solução para amenizar a situação. Isso sem falar na questão financeira, muito importante.

O que quero deixar registrada aqui, mais importante do que a questão financeira, é a questão social, é a questão do bem estar, é a questão da sedimentação. Estamos falando de uma empresa que presta serviços há mais de 50 anos, e, se ela o faz há tanto tempo, não tenho dúvidas de que há lá funcionários que trabalham lá há 10, 15, 20, 25, 30 anos. O que esses funcionários farão se essas empresas pararem suas operações? Uma coisa é fato: se o local for desapropriado, a empresa não tem outro lugar para realizar suas operações.

Tudo isso tem que ser levado em conta. É para isto que temos engenheiros brilhantes, arquitetos brilhantes, advogados brilhantes: para que a gente possa tentar resolver esse problema da melhor forma possível.

Dr. Paulo (?), o senhor gostaria de fazer alguma consideração, acrescentar algo?

(Pausa)

**O SR. PAULO** – Apenas gostaria de acrescentar que, independentemente da permuta, da diária ofertada pela Getur, caso surgisse algum empecilho que, na realidade, impedisse essa permuta, sempre haveria uma sugestão muito bem trazida pelo nosso

engenheiro assistente no sentido de que, havendo apenas uma pequena movimentação na lateral, recuando 17 metros em relação aos prédios existentes, nós teríamos a possibilidade de manter a desapropriação no próprio local poupando, dessa maneira, não só as edificações relativas aos escritórios, oficinas, almoxarifado; enfim, fazendo com que a desapropriação não tivesse o condão de impedir que a empresa continuasse a operar.

Dessa maneira, a desapropriação poderia ser realizada, atingindo seus mesmos objetivo de uma a não trazer prejuízo algum às empresas e também ao erário. Porque, caso abrangesse os imóveis e impedisse, portanto, a Getur de operar, isso geraria um prejuízo enorme também para a Prefeitura, porque traria uma obrigação de pagamento de lucro cessante e danos emergentes. Para que se evite tudo isso e que haja uma solução que, na realidade, beneficie a todos – os trabalhos que estão conosco há muitos anos; as empresas, que não deixariam de operar, e a Prefeitura, que deixaria de gastar uma importância desnecessária -, é que sugerimos que ou se opte pela permuta ou então pela redução da área na forma trazida pelo nosso assistente técnico. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko)** – Obrigado, doutor. Pergunto aos membros da Mesa se querem fazer alguma consideração adicional. (Pausa) Fiquem à vontade.

**(NÃO IDENTIFICADO)** – Obrigado, Vereador. De nossa parte, embora não façamos parte do quadro funcional nem da SPObras nem do Departamento de Desapropriações da Prefeitura, em conjunto com o colega Rui Batalha, amigo de muitos anos, nós nos comprometemos a procurar facilitar a obtenção de informações que permitam tomar uma decisão ou desenvolver uma proposta nesse sentido. Podemos fazer esse encaminhamento sem problema algum, deixo clara essa nossa disponibilidade.

**O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko)** – Muito obrigado. Agradeço a boa vontade. Tenho certeza de que a participação de vocês, além do alto nível técnico da vossa empresa, também pelo fato de ter sido a empresa que realizou o primeiro laudo, toda essa colaboração técnica no sentido de tentar viabilizar a diminuição dos prejuízos às famílias será muito bem

vinda e terá total condição de servir de embasamento às autoridades políticas competentes para tomar as decisões voltadas ao melhor interesse público.

Dr. Ruy quer fazer alguma consideração? (Pausa)

**O SR. RUY BATALHA CAMARGO** – A notícia que foi apresentada agora, referente ao prolongamento da Avenida Jornalista Roberto Marinho, atingindo essas áreas remanescentes da Getur, também é um fato novo, que não consta desse processo de desapropriação. Realmente, precisaríamos analisar qual vai ser a parcela atingida, em que fase está esse projeto, para se verificar de uma forma conjunta, com o objeto dessa ação de desapropriação, como está o cenário dos imóveis da Getur.

**O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko)** – O.k. Então, pelo que vejo, estamos no início de um trabalho que pode até ser penoso, mas será bom para a sociedade paulistana.

Alguém da Mesa quer fazer mais alguma consideração? (Pausa) Antes de encerrar, pergunto se algum dos presentes quer se manifestar ou fazer algum registro, pois se trata de uma audiência pública e todos têm o direito e a oportunidade de fazê-lo. (Pausa) Está todo mundo tímido? (Pausa) Tudo bem, gente. De qualquer forma, foi importante a presença de todos hoje para demonstrar a mobilização dos senhores.

Nada mais havendo a tratar nesta audiência pública, registro que imediatamente estarei agendando reunião com o Prefeito Fernando Haddad para tratar desse assunto e declaro encerrados os trabalhos.

Muito obrigado a todos.